

A representação das classes populares de Belém no jornal A Província do Pará (1898 e 1911)

Nayra Wladimila Bezerra Bastos¹

Resumo

Este artigo é uma versão reduzida do Trabalho de Conclusão de Curso de mesmo nome. Ele usa da Análise de Conteúdo para relacionar história com a prática jornalística na compreensão das matérias publicadas em 1898 e 1911 pelo jornal mais lido de Belém na época, propriedade do intendente Antonio Lemos. A abordagem era influenciada pelas transformações pelas quais passava a cidade, disseminando os ideais de modernidade. Mas, ao mesmo tempo em que repreendia os costumes dos populares, *A Província* buscava a qualidade de suas notícias, construindo sua credibilidade entre seus leitores.

Palavras-chave: *História. Classes Populares. Belém.*

Introdução

Lembrada como um período de intensa modernização, riqueza e projeção internacional, a *Belle Époque* em Belém recebeu este status graças ao seu intendente Antonio Lemos, considerado até hoje um dos melhores governantes da Amazônia. Boa parte desta popularidade só foi possível devido à imprensa, mais precisamente ao jornal que Lemos mantinha desde antes de ser eleito: *A Província do Pará*. Na contramão, estava um grupo que se gostaria que ficasse escondido tanto das notícias quanto das ruas: famílias negras, pardas, indígenas e de imigrantes viviam às voltas com desapropriações de terrenos e habitações sem saneamento básico, ficavam de fora dos bailes e dos cafés, e tinham a sua

¹ Graduada em Comunicação Social – Jornalismo pela Universidade da Amazônia- UNAMA. E-mail: wladimila@gmail.com.

cultura repreendida pelo governo e pela elite. Esta parcela da população, então, procuraria suas próprias maneiras de viver a *Belle Époque*.

As relações entre jornalismo e história: a ascensão d'A Prouíncia do Pará e de Antonio Lemos

Seria impossível compreender as notícias de *A Prouvincia do Pará* se não fosse a disciplina história, para nos ajudar a ir além da mera descrição dos jornais e para refletir sobre o conteúdo noticioso à luz das influências culturais e das condições de produção. Tanto a produção histórica quanto a jornalística não detém a verdade absoluta, sendo resultado de um conjunto de estratégias influenciadas por fatores econômicos, gêneros (uma reportagem é diferente de uma notícia, uma crônica histórica é diferente de uma análise marxista) e instituições (PEREIRA, 2008, p. 5).

Sendo assim, a época em que o periódico alcançou seu auge era de maturação de um novo sistema governamental: a república. Em vigor há algumas décadas nos Estados Unidos e na Europa, ela era vista com muita expectativa pela elite paraense. O sistema anterior do Brasil, a monarquia, nomeava pessoas de outras províncias para governar o Estado, dificultando novos empreendimentos; além de oferecer pouco apoio financeiro por concentrar no Rio de Janeiro a maior parte do dinheiro arrecadado com as exportações paraenses (WEINSTEIN, 1993, p. 124).

Os jornais paraenses, que cresceram em quantidade após a liberação da importação do seu maquinário pelo regente Dom João VI em 1808, eram produzidos em sua maioria por filiados aos partidos Liberal e Conservador, que digladiavam uns com os outros em busca de apoio às suas ideias de governo. O Partido Liberal defendia maior participação política do Pará e, junto com os discursos inflamados, publicava trechos de livros franceses e ingleses que falavam de valores progressistas influenciados pelas correntes iluministas, utilitaristas e positivistas europeias (WEINSTEIN, 1993, p. 124).

Foi no meio desta disputa ideológica que surgiu *A Prouvincia do Pará*, mais precisamente em 1876 pelas mãos do fundador do Partido Liberal Dr. Assis e do tipógrafo Francisco Cerqueira, que não demoraram a convidar o maranhense Antonio Lemos para participar. Lemos, que chegara aqui trabalhando para a Marinha, se tornaria amigo dos dois

ao se filiar ao Partido Liberal e colaborar em *O Pelicano*, jornal anterior de Dr. Assis (ROCQUE, 1990, p. 16).

Desde o seu início, *A Província* mostrou uma preocupação com a modernidade. Mas a grande guinada do diário aconteceu com a morte dos dois primeiros membros fundadores de *A Província*, na década de 80 do século XIX. Após algumas semanas saindo de luto, a mulher e a filha do Dr. Assis entregaram suas partes na empresa para Lemos, que se tornava o único responsável pelo impresso (ROCQUE, 1990, p. 48 e 61).

Após o fim da monarquia, Lemos se filiou ao Partido Republicano, por onde foi senador estadual reeleito e secretário, formando alianças com intendentos interioranos e conquistando representatividade dentro do Conselho Municipal. Nacionalmente ele era pouco conhecido, não precisando se envolver em assuntos polêmicos como precisava o antigo governador Lauro Sodré. Este, que se recusou a defender o presidente brasileiro Prudente de Moraes durante a cisão do Partido Republicano, perderia seu prestígio, abrindo espaço para Lemos se promover a aliado do presidente e chefe do Partido Republicano Paraense, nascido após a cisão. (WEINSTEIN, 1993, p. 151). Daí a se eleger intendente de Belém, foi um passo.

A cidade que ele recebeu estava em expansão. Até metade dos anos 1800, os seus 16 mil habitantes² viviam em casas baixas ou em barracas, usando lamparinas, buscando água nas fontes públicas e caminhando por ruas praticamente sem calçamento (ROCQUE, 1990, p. 13). A cidade dobraria de tamanho a partir da expansão gomífera, pois o látex amazônico sofreu grande crescimento na exportação em 1840, quando o industrial americano Charles Goodyear “descobriu” que misturar enxofre ao látex tornaria a borracha mais endurecida e resistente (SARGES, 2000, p. 47).

Com os cofres públicos cheios de dinheiro e mais autonomia sobre as exportações devido ao novo modelo republicano, o recém-eleito Antonio José de Lemos teve então subsídios para reformar a cidade aos moldes positivistas. O intendente calçaria e arborizaria as avenidas de Belém, reinauguraria pontos turísticos, implantaria o bonde elétrico, fundaria instituições e criaria Códigos de Posturas Municipais, ao mesmo tempo em que novos modelos de socialização eram incorporados pela elite paraense. A mudança não era somente um capricho dos governantes: havia um motivo econômico: “adequar a cidade às transformações capitalistas” (SARGES, 2000, p. 91).

² Censo Episcopal contido no acervo do Arquivo Histórico Ultramarino, segundo relato do conselheiro Jeronymo Francisco Coelho em 1848. (SARGES, 2000, p. 43)

Os excluídos da *Belle Époque*: moradia, trabalho e lazer.

A imigração de estrangeiros para o Pará seria muito incentivada no século XIX, principalmente devido a um pensamento em voga naquela época, que era o de “branquear a população”. Os indígenas sofriam reduções populacionais consideráveis, enquanto que os negros haviam sido trazidos para o Pará recentemente, como alternativa de mão de obra (PROST, 1998, p. 31; SALLES, 2005, p. 152).

Com a abolição da escravatura em 1888 e as reformas urbanistas poucos anos depois, Belém ficou cheia de desempregados e sem-tetos. Para completar, duas grandes secas na região Nordeste do país – em 1877-78 e 1899-1900 – trouxeram 17 mil e oito mil retirantes (CANCELA, 2006, p. 84). Somaram-se a eles os europeus que trabalhavam nas colônias agrícolas desde os anos 1870. Os portugueses eram a maioria, acompanhados dos espanhóis, dos italianos, dos sírio-libaneses, dos franceses e dos ingleses. O motivo das viagens era a não absorção de todos os camponeses europeus ao novo regime capitalista, e à legislação do noroeste de Portugal, que destinava os bens para os filhos primogênitos (CANCELA, 2006, p. 92).

Homens casados e com filhos nem sempre traziam a família, e quando traziam, podiam leva-la para os seringais ou ir para Belém fora do período de extração do látex (janeiro a maio). Uma vez em Belém, a maioria ia para os inúmeros cortiços e pensões de propriedade principalmente das elites, que as compravam visando a valorização dos preços com o crescimento da cidade, prática mais confiável do que manter dinheiro em bancos, devido à cotação da borracha ser instável e o sistema de crédito funcionar a curtos prazos e a juros elevados (WEINSTEIN, 1993, p. 102, 106).

Estes lugares recebiam ordens de interdição e/ou demolição por serem considerados apertados, sujos e mal iluminados. Porém, a dificuldade para encontrar casas a preços acessíveis fazia com que famílias inteiras e amigos se submetessem a morar sob o mesmo teto ou então na mesma rua (WEINSTEIN, 1993, p. 107). Ao se instalarem nestes locais, os populares entravam em contato com vizinhos, que poderiam ser da mesma nacionalidade ou diferentes entre si.

Eram convivências pouco privativas, pois os amigos entravam e saíam das casas; criando redes onde um confiava no outro para saber de empregos, residências e até para

conhecer parceiros; procurando amenizar as incertezas e dificuldades dos deslocamentos (CHALHOUB, 2006, p. 193; CANCELA, 2006, p. 193).

Era comum que imigrantes e paraenses ocupassem cargos como pedreiros, sapateiros, estivadores, jornaleiros, empregados públicos, marítimos, e empregados da companhia de bondes, além daqueles que tinham funções temporárias em agências (CANCELA, 2006, p. 88). O *intervalo*, prática nascida com o capitalismo, era a hora em que todos se sentiam livres do “espaço fechado rigidamente disciplinado”. O botequim, lugar preferido deles, era onde se compravam o café e a cachaça e se sentavam às mesas. Era também onde as “questões por motivo de serviço” eram “resolvidas sem pôr em risco os meios de sobrevivência dos contendores” (CHALHOUB, 1980, p. 63).

Estes conflitos aconteciam geralmente após os envolvidos ingerirem algumas doses de álcool. Infere-se que beber tornava a rotina menos cansativa, além de contribuir para o estreitamento da amizade entre os funcionários de uma mesma organização, e entre eles e o dono de um botequim, tornando-se o motivo para que todos eles se encontrassem.

A música também tinha grande importância na vida dos populares: os missionários católicos já tentavam adaptar o berimbau e o tambor; e o padre Antônio Vieira ainda traria da Península Ibérica a viola camponesa. Aqui ela seria tão difundida entre os escravos que estes passariam a construí-la, originando o violão (SALLES, 2005a, p. 55). Os portugueses e nordestinos que vieram para o Pará durante o ciclo da borracha compartilhavam o gosto pelos objetos musicais (às vezes eles já eram artistas na sua terra natal), além de acrescentarem outras modalidades de canto, como o “repente” ou “desafio”, que era um duelo de versos improvisados. O nordestino Inácio (I), que já vivia na Amazônia, canta com o recém-chegado Patativa (P):

“1. P – Inda estou desarrumado
Da viagem e do vapô
Mas desejava encontrá
Nesta terra um cantadô
2. I – Você que agora chegou
Do sertão do Ceará
Me diga que tal achou
A cidade do Pará?
3. P – Quando eu entrei no Pará
Achei a terra maió
Vivo debaixo de chuva,
Mas pingando de suó!” (PROST, 1998, p. 54)

Considerando que 60% dos habitantes de Belém eram analfabetos, e que por isso eram poucos os que podiam se informar com eficiência, a classe abastada tinha maiores poderes sobre esta parcela sem instrução (PROST, 1998, p. 55). A música, portanto, tinha um significado que ia além do divertimento, funcionando como ferramenta de expressão das opiniões e transmissão da cultura destes povos.

Salles (2005a, p. 57) conta que, na transição do século XIX para o XX, seria comum os “boêmios e seresteiros” tomarem poesias da classe endinheirada para cantarem, acontecendo ainda de poetas letrados escreverem músicas sobre os populares ou cantadas por estes, tendo acontecido encontros casuais entre os dois grupos (AZEVEDO, 1924, apud SALLES, 2005a, p. 178). O Teatro da Paz, comumente lembrado pelo luxo, recebeu festivais com lundu, toada, acalanto e modinha (SALLES, 2005a, p. 124) e teve sessões de gala frequentadas por uma negra conhecida como “Tia Carolina” (FIGUEIREDO, 1995, p. 31).

Quando Antonio Lemos foi eleito intendente de Belém em 1897, a maioria das tradições africanas e amazônicas já estava consolidada. O Boi-Bumbá, folgado africano, era realizado na quadra junina; havia festas para São Benedito e para a Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos de Belém; e havia a celebração do Divino Espírito Santo, promovida pelo Mestre Martinho e que na época saía de uma casa do Umarizal (SALLES, 2005b, p. 228 e 224), durava mais de uma semana e incluía bailes, jogos e sambas, e não perderia força nem com a urbanização do Umarizal, que dispersaria os negros entre os bairros cercantes.

O chefe municipal permitira muitos deles desde que não atrapalhassem a “ordem”, atendendo aos convites para os festejos e pedindo desculpas quando não conseguia comparecer. Do outro lado, os festeiros também percebiam a intenção de Lemos. Quando queriam ornamentar a rua ou realizar uma celebração, escreviam seus pedidos com elogios rasgados ao governo, inflando o ego do intendente e garantindo a sua aprovação (SARGES, 2005, p. 149). As pessoas pobres viveriam em constante diálogo com os ideais burgueses, assimilando o que lhes conviessem e adaptando os novos hábitos ao seu antigo estilo de vida.

Analizando as notícias de *A Província do Pará*

O método que será utilizado é o da Análise de Conteúdo, que consiste na classificação objetiva de conceitos ou temas em um texto de acordo com categorias definidas, de modo a inferir as condições de produção e recepção da mensagem. (BARDIN, 1977, p. 42). Para este trabalho, têm-se 145³ textos escritos em 1898 e 99 escritos em 1911, extraídos de 12 edições de cada ano. Estes foram escolhidos devido a 1898 ter sido o primeiro ano completo de Antonio Lemos como intendente de Belém, e 1911, ano em que ele renunciaria em junho, mas a linha editorial foi mantida com o seu sobrinho Artur Lemos na chefia. Assim, serão comparadas possíveis mudanças na abordagem do jornal. Por impossibilidade de tempo, foi escolhida apenas a primeira segunda-feira de cada mês, o que não acarretou prejuízo devido àquela época ter um ritmo de produção mais vagaroso e sem a mesma preocupação com a atualidade dos fatos que se têm hoje.

Edições de 1898

A aquisição da rotativa Marinoni nos anos 1890 transformaria *A Província* no jornal mais importante das regiões Norte e Nordeste, sofrendo concorrência significativa somente da *Folha do Norte*, que havia acabado de ser fundada, e do *Diário de Notícias*. Esta rotativa imprimia as quatro páginas do jornal, que eram divididas em oito colunas. (ROCQUE, 1990, p. 71 e 72). A grande maioria dos textos era publicada com títulos aleatórios, sem assinatura ou então com pseudônimos.

A linguagem era opinativa, essencial para a autoafirmação de Antonio Lemos como intendente. Quando os redatores escreviam sobre um hábito que eles queriam que perdurasse, valiam-se de termos elogiosos, como no campeonato de ciclismo realizado em um domingo em Belém. Ele começa assim: “Cada festa oficial da velocipedia [ciclismo], organizada em Belém, assinala novos progressos e mais avantajados triunfos [...] Acaba de prova-lo o passeio de ontem, - na verdade a mais bonita e numerosa demonstração que jamais se fez aqui.”, finalizando com: “É assim que o ciclismo poderá impor-se

³ Considerando, nos dois anos: os artigos, os editoriais, as propagandas, os avisos da Intendência e as notas (estas últimas separadamente, ainda que da mesma seção) em que apareceu algum elemento das três categorias de análise.

rapidamente à opinião pública” (*A Província do Pará*, 07 de fevereiro de 1898, p. 2. Sport).

Ao exaltar o ciclismo, pode-se dizer que o jornal estava mesmo era incentivando a presença dos *conhecedores* do esporte. Para não impor as suas vontades sobre os demais, ato que iria de encontro ao princípio igualitário republicano, era preciso “disfarçar”. A população sentiria vergonha de estar no meio de gente “superior” e acabaria ela mesma por desejar abandonar o antigo estilo de vida, que aos poucos seria visto como atrasado, o que também foi percebido por Martín-Barbero (2003, p. 57).

Apesar disso, havia várias notícias nas quais os populares eram os protagonistas. É claro, o tratamento recebido por eles era bem diferente do destinado aos personagens das colunas sociais. Nas notícias com títulos próprios ou na seção “Noticias Diversas”, eles eram apresentados por termos como “indivíduo”, “comerciante”, “preto”, “estivador” e “espanhol”, e seu comportamento descrito em tom desaprovador.

A seção “Psychologia do Jacto”, que ocupava a segunda folha d’*A Província do Pará*, usava ironias e jogos de palavras com os personagens, todos presos por embriaguez. A brincadeira já começava no título: “jacto” é uma referência à pessoa bêbada. Tamanho destaque vinha da crença disseminada ainda no século XVIII de que o álcool tinha a capacidade de mudar a conduta de um cidadão, aumentando a probabilidade de ele cometer um crime (PANTOJA, 2005, p. 133).

Pode-se dizer que é por isso que havia uma seção sobre o álcool e não sobre a pobreza, a moradia inadequada ou a etnia, fatores que também eram considerados de risco. Por isso também que os personagens do “Psychologia” eram apresentados em relação de causalidade com o delito, como foi com os amigos Francisco e Joaquim:

Francisco Rodrigues dos Santos e Joaquim Soares festejaram o dia de ontem com um entusiasmo fora do comum. Foram tantos os botequins em que entraram e tão copiosas as libações que, ao chegarem à rua Manoel Barata, começaram a embirrar um com o outro, resultando grosso e medonho sarilho. Os dois *irmãos da opa* devem a esta hora estar enormemente surpresos por verem-se transformados em *canários*, dentro da *gaiola* da travessa São Matheus. (*A província do Pará*, 01 de agosto de 1898, p. 2. Psychologia do Jacto)

Porém, ao mesmo tempo em que o jornal fazia campanha contra o álcool entre os pobres, na página 4 do mesmo impresso havia anúncios de cervejas, vinhos e champanhes, bebidas consumidas pela classe burguesa. *A Província do Pará* revelava com isso influências da corrente determinista, onde “certos indivíduos em virtude de suas

características genético-raciais eram mais suscetíveis a viver na miséria, [...] adotarem posturas desregradas, marginais ou viciosas” (PANTOJA, 2005, p. 130).

O cotidiano dos populares recebia menor atenção no “Psychologia” do que nos outros tipos de notícia coletados. No exemplo acima, Francisco e Joaquim eram amigos que discutiram após tomarem algumas doses. Chalhoub (1986, p. 223) explica que a conversa era o principal método de solução de conflitos, mas nada impedia que surgissem ofensas e agressões, principalmente devido ao “desafio”, as zombarias que mexiam com o machismo dos trabalhadores. Então, por mais que o álcool tenha lhes dado coragem de dizer o que pensavam, antes Francisco e Joaquim já deveriam ter alguma rixa, de motivo desconhecido.

Viu-se também nesta seção, e em outros textos, o estranhamento dos profissionais da imprensa com os amásios dos populares – parceiros sexuais que não eram casados -, tendo sido nítida a retratação dos pobres como pessoas solitárias ou de poucos parentes, em contrapartida ao termo *família*, referindo-se ao modelo burguês do pai casado com a mãe e morando com os filhos (*A Província do Pará*, 07 de fevereiro de 1898, p. 2. Diversas Notícias). A família era a que se assustava com as atitudes populares e representava a pureza, a dignidade e a coesão. Tomando a ótica determinista da época, quem tinha família supostamente não se envolvia em crimes.

Porém, não é correto afirmar que os jornalistas eram negligentes ou manipuladores. Como a linguagem da imprensa era opinativa, não era comum abrir espaço para as falas dos envolvidos. Nos assassinatos e roubos planejados, havia uma cobertura ampla, até a abordagem mudava: passava do desdém à preocupação com a proliferação das práticas em uma cidade tão “pacífica” como Belém (*A Província do Pará*, 01 de agosto de 1898, p.2. Dois Roubos Importantes); sendo interessante salientar que o editorial desta edição contava que as pessoas cobravam informações dos repórteres sobre este fato. Ou seja, a maneira de abordar uma história não era totalmente controlada pelos editores e pela elite.

O papel da polícia e das subprefeituras como as solucionadoras de conflitos era disseminado pela imprensa e pela intendência. A maneira com que eles eram apresentados também dava esse caráter heroico: sempre no final do texto, como se eles fossem pessoas à disposição do povo. Só que nem sempre eles conseguiriam chegar a tempo, muito menos deter todos os envolvidos, ou cometer prisões de inocentes.

Lado a lado com tudo isto, Antonio Lemos inseria informações sobre seu governo. Em quase todas as edições coletadas apareceram editais de contratação de empresas para

futuras obras e explicações sobre as leis do Código de Posturas. Eram textos técnicos e claros. Ao verem tantas notícias deste tipo, criava-se uma ideia de que Belém estava mudando para melhor. E o jeito com que elas eram escritas tornava o governo lealista transparente, pois o povo era apresentado a tudo o que era implantado na cidade. Era fortalecida a confiança do leitor – que também era eleitor – no jornal e no próprio Lemos:

Em diversas conferências entre o governador do Estado e o chefe do executivo municipal, foram combinadas medidas atinentes a evitar que a população venha a experimentar o efeito de faltas absolutas [de carne devido ao aumento populacional], repetidamente, no futuro.

Ouvidos os interessados nesse ramo do comércio, foram-lhes, em virtude de um acordo entre os dois representantes do Estado e do município, [...] oferecidas as seguintes bases para um contrato que garantisse a introdução mensal de 700 a 800 bois da República Argentina, em nosso mercado. [...] a despesa resultante do contrato correria por conta do tesouro do Estado, para o que se achava o governo autorizado pelo congresso legislativo, cabendo ao município apenas algumas obrigações de outra natureza, em ordem a realizar-se uma medida de alto interesse público, sem entorpecimento da marcha regular dos serviços municipais (*A Província do Pará*, 05 de dezembro de 1898, p.1. Relatório Municipal).

O próprio periódico utilizava as notícias para comentar as novidades da redação, como a aquisição de novos equipamentos, a impressão de gravuras, a boa recepção da edição vespertina e o carinho do público no seu aniversário, assuntos que deveriam ser exclusivos do editorial “Nossos Echos”.

Todos esses fatores acabavam por fazer com que o povo gostasse mais dos jornalistas do que de instituições que eles buscavam promover. Segundo Sidney Chalhoub (1986, p. 206), a polícia e as subprefeituras costumavam aparecer somente quando alguém incomodava, prendendo muitas vezes sem perguntar o motivo - enquanto que a imprensa funcionava como porta-voz dos anseios do povo. Por este motivo, muitas pessoas iam até a redação denunciar conhecidos, cobrar atitudes da intendência, entregar objetos perdidos, pedir que fosse divulgado que ela procurava emprego, ou reclamar do abastecimento de água (*A Província do Pará*, 04 de abril de 1898, p.1. Agua). O jornal era o informante e também o tranquilizador do povo, pois era ali que sua dúvida era respondida, era ali que ele se via. Mas, mesmo que os repórteres e articulistas realmente tivessem boas intenções de ajudar o povo, havia o patrocínio das empresas e o interesse de divulgar o governo lealista para todos. Assim, ficaria mais fácil de conseguir os empréstimos estrangeiros para urbanizar Belém (SARGES, 2002, p. 106).

Edições de 1911

Eram tempos difíceis para o chefe municipal da época. O comércio da borracha já sofria a concorrência inglesa, e por isso não lucrava tanto quanto antes, reduzindo o orçamento público e a quantidade de obras na cidade. Na política, o Partido Republicano Federal (de Lauro Sodré) e o Democrata fundiram-se ainda em 1900. Lemos escolheu Augusto Montenegro como candidato a governador, e em 1909, este terminou seu mandato e escolheu João Coelho como candidato ao cargo.

Coelho, que era secretário de Lemos e por isso conhecia a sua política de alianças com os chefes do interior do Estado, venceria e faria oposição com o intendente – mesmo sendo do mesmo partido que ele. Gostaram os seus adversários, que apontavam em seus artigos na *Folha do Norte* laurista as falhas da política do município, a situação caótica em que vivia o povo. A pressão teria efeito devastador sobre Lemos, que já estava com 70 anos de idade: ele renunciaria ao cargo de intendente em junho de 1911, tirando férias no Rio de Janeiro. Em seu lugar no Conselho Municipal ficou Virgílio Mendonça, que era coelhista, nome dado aos aliados de João Coelho. No jornal, assumiu Arthur Lemos, sobrinho de Antonio e que não mudaria a linha editorial do periódico (ROCQUE, 1990, p. 110).

Na época em que deixou de ser comandada pelo seu principal dono, *A Província do Pará* possuía seis páginas com sete colunas. A primeira coluna da primeira página era sempre ocupada por artigos de correspondentes, sendo que os títulos e os autores variavam em cada edição (e desta vez, a grande maioria dos textos era assinada). As seções fixas diminuíram drasticamente; no entanto, as colunas do jornal passaram a ser organizadas por tema, facilitando a leitura.

Antonio Lemos gostava muito do seu jornal, tanto que contratava profissionais renomados para trabalhar com ele. Eles escreviam sobre as suas especialidades e eram muito bem pagos para isso, logo, tinham a obrigação de divulgar as obras do governo ou falar mal dos opositores. Sarges (2002, p. 110) também escreveu que Lemos valia-se disto para convencer os seus leitores das legitimidades do poder público. Alguns artigos eram escritos tão animadamente que, se nos basearmos somente neles, teríamos a impressão de que aquela época era mesmo uma maravilha:

A população de Belém, estando em entusiasmo e alegria, desse júbilo e desse entusiasmo que arrastam as maiores loucuras, derramou-se ontem por toda a cidade, enchendo ruas e praças, entretida com os folguedos naturais da época que atravessamos. Até o céu, o amplo céu ilimitado, amigo de todos os afortunados e infelizes, mostrou-se riosamente formoso, oferecendo aos que se divertiam às escancaras o prazer de uma tarde magnífica. [...]

Nos demais pontos da cidade, notadamente em Batista Campos, travaram-se porfiadas lutas de *confetti*, sendo também assaz numerosa a frequência de pessoas da nossa sociedade escolhida àquela praça, onde a correta banda de música do Corpo Municipal de Bombeiros deu concerto, sob a regência do tenente Cincinato Souza. Por todas as ruas viam-se, em grande quantidade, mascarados isolados e cordões. (*A Província do Pará*, 06 de fevereiro de 1911, p.1. O Carnaval)

Mas a literatura, mais precisamente o conto de Alfredo Ladislau (1904, p. 5 e 7) sobre uma festividade na Praça da República, revelava que o objetivo ainda era distante, pois “A imensa confusão de homens e mulheres, moços, velhos, bonitos, feios, elegantes e mal-trajados [...], alguns sentados nas longas filas de cadeiras ou pelos bancos da praça; outros de pé” parava para aplaudir um espetáculo de música negra no pavilhão, com “mulatas dançando sensuais ao som das cuias de coco”.

Nos materiais de análise, viu-se que os redatores tentavam, mas não conseguiam disfarçar o lamento diante das rachaduras no sonho da modernidade. Ao mesmo tempo em que contavam histórias de pessoas que jamais subiriam na vida por causa das injustiças do capitalismo, não entendiam por que alguns hábitos considerados primitivos continuavam a existir mesmo com todo o apoio do governo para que acabassem.

Uma década depois de 1898 as notícias policiais se tornavam ainda mais objetivas que antes, havendo redução até no seu espaço dentro das páginas. O motivo, além da mudança na cobertura jornalística privilegiando a imparcialidade, pode ser o puro desinteresse dos repórteres, que poderiam julgar mais importante mostrar as melhorias da cidade.

A festa do Divino Espírito Santo, promovida pelo Mestre Martinho, figura conhecida no bairro do Umarizal desde o século XIX, foi resumida a uma nota publicada dentro da seção “Noticiário”, de assuntos diversos, ao invés da seção religiosa. Foram reservadas apenas três linhas para falar da festa, sem a presença de adjetivos e maiores comentários do redator. Ele chega a escrever a denominação “mestre” em itálico, como se duvidasse que Martinho fosse mesmo especialista em alguma coisa (*A Província do Pará*, 05 de junho de 1911, p.2. Noticiário).

Apesar da – forte - campanha em prol da polícia, em pleno declínio da *Belle Époque*, continuava a existir casos como o do embarcação Eduardo Pereira, preso ao

tentar resolver um problema por conta própria atacando o comandante do vapor (*A Província do Pará*, 06 de fevereiro de 1911, p.2. Noticiário). A aversão às autoridades era reforçada pelas prisões injustas e calúnias diferidas pelo jornal. Houve apenas um caso em que não foi observado preconceito: quando se tratava dos seringueiros vítimas das epidemias amazônicas, como o passageiro Manoel Carneiro, morto dentro do pacote antes de encontrar sua família (*A Província do Pará*, 01 de maio de 1911, p.1. Diário Negro).

Os ataques da *Folha* atingiam até a honra das famílias lemistas e ganhavam apoio das camadas populares de Belém. O novo governador, João Coelho, romperia com Lemos, deixando *A Província* e seu dono recebendo sozinhos todas as críticas dos adversários (ROCQUE, 1990, p. 103 e 110). Partindo da *Província do Pará*, não foram vistas no *corpus* grandes acusações, no máximo artigos em defesa e algumas indiretas nas notícias.

Com isso, cresceu o número de textos exaltando os grandes feitos e grandes homens do regime republicano. A Febre Amarela também teve uma seção fixa com o objetivo de anunciar que estavam sendo feitas inspeções diárias, incluindo nos bairros afastados. No meio dessa disputa ideológica, ficavam os leitores, provavelmente se sentindo como cegos em tiroteio, sem saber quem falava a verdade.

Considerações finais

Os populares apareceram em diversas seções de todas as edições dos dois anos analisados, tendo sido possível adentrarmos um pouco no estilo de vida delas e em como era a sua interação na cidade. Porém, na grande maioria das vezes, a representação era negativa, com o intuito da prevenção e da repreensão, sendo esquecidas as suas tentativas de integração; revelando uma distinção entre ricos e pobres dentro do jornal.

Este discurso devia-se ao modelo de linguagem da época, que privilegiava o relato; às condições de produção jornalística, muitas vezes dificultada pela ausência de transporte; a presença de empresas patrocinando o jornal; e as influências advindas das correntes ideológicas do final daquele século. Apesar de ser a maior ferramenta ideológica do chefe municipal, notou-se que em nenhum momento *A Província* ocultou as pessoas pobres, até porque elas eram leitoras do diário, e ainda assim o jornal era o mais lido pelos belenenses e manteve vínculo de confiança com o seu público, mesmo com a crescente impopularidade de seu editor. A pesquisa mostrou ainda uma preocupação do periódico

com a prestação de serviços e com a qualidade informacional e tecnológica, sendo que em 1911 os textos adquiriram maior preocupação com as dificuldades enfrentadas pelas pessoas pobres.

Espera-se ter ficado claro o quanto o contexto influenciou as ações do político, pois realmente havia um mito de que Belém era uma cidade atrasada e pacata, e era para destruí-lo que o caudilho sonhava em transformar a cidade em um lugar bonito e desenvolvido. As implantações e reformas eram mesmo necessárias; se não fosse Lemos a cumpri-las o eleito em seu lugar os teria feito, ou teria agido de forma parecida, pois esta era a demanda daquela época.

O que pode ter sido o grande defeito da sua gestão foi a *maneira* com que ele introduziu estas inovações. Ele parece ter se esquecido de que era impossível transformar a cidade em uma Paris, e por um motivo óbvio: a população já *existia* e tinha anseios que precisavam ser atendidos e costumes que precisavam ser respeitados – ou pelo menos compreendidos. Os fiscais e os policiais repreendiam os populares, as leis os repreendiam, a elite os repreendiam. Tudo isto pode ter construído uma imagem de um Antonio Lemos autoritário, que dizia lutar pelos interesses de todos, mas que poderia não ser o que essas pessoas sentiam.

Fontes

A Província do Pará, 01 de agosto de 1898, p.2. Dois Roubos Importantes.

A Província do Pará, 01 de agosto de 1898, p. 2. Psychologia do Jacto.

A Província do Pará, 04 de abril de 1898, p.1. Agua.

A Província do Pará, 05 de dezembro de 1898, p.1. Relatório Municipal.

A Província do Pará, 07 de fevereiro de 1898, p.2. Diversas Notícias.

A Província do Pará, 07 de fevereiro de 1898, p. 2. Sport.

A Província do Pará, 01 de maio de 1911, p.1. Diário Negro.

A Província do Pará, 05 de junho de 1911, p.2. Noticiário.

A Província do Pará, 06 de fevereiro de 1911, p.2. Noticiário.

A Província do Pará, 06 de fevereiro de 1911, p.1. O Carnaval.

Referências bibliográficas

AZEVEDO, João Eustachio de. *Uma Serenata*. Livro de Nugas. Belém, 1924. p. 25-30. In: SALLES, Vicente. *A modinha no Grão-Pará: estudo sobre ambientação e (re)criação da modinha no Grão-Pará*. Belém: Secult/IAP/AATP, 2005a.

BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 1977.

CANCELA, Cristina Donza. *Casamento e relações familiares na economia da borracha (Belém 1870-1920)*. Programa de Pós-Graduação em História Econômica. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Rio de Janeiro: Editora Brasiliense, 1986.

FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. *No tempo dos seringais: o cotidiano e a sociedade da borracha*. Coleção "A Vida No Tempo da Fábrica". Atual Editora, 1995.

LADISLAU, Alfredo. *Scenas da Vida Paraense (ligeiros contos)*. Pará, Belém: Typografia da Imprensa Official, 1904.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Jesús Martín-Barbero; prefácio de Néstor García Canclini; tradução de Ronald Polito e Sérgio Alcides. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003.

PANTOJA, Letícia Souto. *Au Jour le Jour – Cotidiano, Moradia e Trabalho em Belém (1890 a 1910)*. Dissertação (Mestrado em História Social) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2005.

PEREIRA, Fábio Henrique. *As relações entre jornalismo e história: um jogo de distinção e justaposição entre espaços*. Universidade de Brasília – UnB. Brasília: 2008.

PROST, Gérard. *História do Pará: Período da borracha aos dias atuais*. Série Estante da Amazônia. Secretaria de Estado de Educação, 1998. Governo do Estado do Pará.

ROCQUE, Carlos. *História da Província do Pará. Cem anos de A Província do Pará. 1977*. São Paulo: Impresso pela Companhia Melhoramentos, 1990.

SALLES, Vicente. *A modinha no Grão-Pará: estudo sobre ambientação e (re)criação da modinha no Grão-Pará*. Belém: Secult/IAP/AATP, 2005a.

SALLES, Vicente. *O negro no Pará sob o regime da escravidão*. 3ª ed revista e ampliada. Belém: IAP, Programa Raízes, 2005b.

SARGES, Maria de Nazaré. *Belém: Riquezas Produzindo a Belle Époque (1870 – 1912)*. Maria de Nazaré Sarges. Belém: Paka-Tatu, 2000.

SARGES, Maria de Nazaré. *Memórias do Velho Intendente: Antônio Lemos*. Maria de Nazaré Sarges. Belém: Paka-Tatu, 2002.

WEINSTEIN, Barbara. *A borracha na Amazônia: expansão e decadência, 1850 – 1920*. Tradução Lólio Lourenço de Oliveira. SP: Universidade de São Paulo, 1993.